

O ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS NO NORDESTE

José Raimundo Oliveira Vergolino*

1. O MARCO HISTÓRICO NA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

"O abastecimento alimentar, entendido como um conjunto complexo de instituições e relações que têm a função de canalizar as mercadorias das unidades produtoras para as consumidoras, é o elo fundamental de articulação da cidade com o campo. Na economia de mercado capitalista, as relações de circulação e realização das mercadorias integram as unidades produtivas do setor agrícola aos centros consumidores urbanos, tornando-os uma parte orgânica do sistema" (2).

O abastecimento alimentar, segundo a definição acima, tem, no Nordeste, sua implementação a partir de 1959. Embora, desde a primeira década do século XX, a questão do abastecimento alimentar, nos principais centros urbanos do país, fosse um assunto de interesse da classe política e demandasse, das autoridades governamentais, esforços no sentido de elaborar políticas com vistas a equacionar o problema, percebe-se, através dos documentos existentes¹ inúmeros equívocos na forma de abordar o problema, o que, geralmente, impedia uma ampliação mais significativa da oferta de alimentos, nos principais aglomerados urbanos do país. Com efeito, a questão do abastecimento alimentar, em áreas urbanas do Nordeste, sempre foi entendida como um problema de escassez de equipamento físico e, daí, a construção de mercados públicos de bairros. Constata-se² que o setor público municipal capitaneava a política de abastecimento alimentar a nível urbano, sem que, todavia, contasse com um plano de abastecimento que explicitasse políticas de médio e longo prazos para o setor. A visão prevalecente no período anterior a 1959 era tipicamente setorial, com elevados custos privados e sociais. Se somarmos a área em mercados públicos, construída pelas Prefeituras das principais capitais do Nordeste, poder-se-á perceber que ela supera todos os investimentos realizados por essas mesmas Prefeituras nos trinta últimos anos.

* Professor do CME-PI MES - Departamento de Economia da UFPE.

¹ Para uma excelente visão da problemática ver (14).

² Esta questão apresenta-se bastante clara nos trabalhos publicados pelo BNB em Convênio com a SUDEPE. Veja-se a coleção "Suprimento de Gêneros Alimentícios" para as cidades de Fortaleza, Salvador, Recife, São Luís do Maranhão, Campina Grande, diversos números.

A questão do abastecimento alimentar no Nordeste apresenta-se bem colocada no Diagnóstico da Economia Nordestina (10), realizado em 1959. Com efeito, é nesse documento que se cristaliza uma política global para o setor de abastecimento alimentar no Nordeste urbano. O ponto mais significativo do documento, quando aborda a questão do suprimento de alimentos, está em identificar a importância do setor como indutor ou obstaculizador do crescimento da atividade manufatureira nos principais centros urbanos do Nordeste.

Para os analistas que participaram do GTDN, "A industrialização do Nordeste tem sido seriamente dificultada pela inadequada oferta de alimentos nos principais centros urbanos da região. A solução do problema do abastecimento desses centros urbanos constitui pré-requisito para o êxito de qualquer política de industrialização. Recomenda-se que se dê alta prioridade à solução do problema do abastecimento da zona industrial de Recife, onde os elevados preços dos gêneros de primeira necessidade constituem sério obstáculo à expansão industrial" (10).

Embora, bem antes de 1959, a questão do abastecimento de gêneros alimentícios nos principais centros do Nordeste já recebesse, das autoridades governamentais, um tratamento especial, a partir da década de 60 ocorre uma mudança extremamente significativa na forma de encarar a questão do suprimento de gêneros alimentícios. Analisando o plano da cidade de Recife de 1962 (19), constata-se que apresenta idêntica abordagem para o problema do abastecimento alimentar em Recife, onde é analisada a questão do suprimento alimentar na cidade de Recife, articulando-o com o setor agrícola e industrial.

Preocupado com os efeitos perversos que o setor de abastecimento alimentar poderia engendrar sobre a atividade industrial, que seria, doravante, dinamizada na região Nordeste, o Governo Federal encampa a questão do suprimento alimentar na região, estabelecendo um conjunto de linhas, explicitadas em capítulo especial do 19 Plano Diretor da Sudene (1).

Com efeito, a linha de ação traçada no Plano Diretor cobre todas as faixas do processo de comercialização das mercadorias, indo desde a zona de produção até o consumidor final³. Se se observa a atual infra-estrutura de comercialização existente, poder-se-á perceber que grande parte das propostas apresentadas nos Planos Diretores foram realmente efetivadas, destacando-se a criação das Centrais de Abastecimento nos principais centros urbanos do Nordeste e a construção de inúmeros mercados do produtor, bem como a ampliação da rede de armazenagem do Nordeste.

³ Linha de ação: 1) Construção de uma rede regional de armazéns; 2) constituição de estoques alimentares de emergência, contra as crises de produção, provocadas pelas secas, e para equilíbrio do mercado normal, na entressafra; 3) construção de centros de abastecimento, nas grandes cidades, e remodelação das feiras e mercados de bairros existentes, acompanhados da construção de mercados de produtor, onde hoje se localizam as principais feiras do interior; 4) criação de sociedades mistas de comercialização, estreitamente ligadas à rede de armazenagem. I Plano Diretor, op. cit.

O destaque mais importante na questão do suprimento de gêneros alimentícios nas zonas urbanas do Nordeste, a partir das constatações apresentadas pelo GTDN, é que o abastecimento alimentar passou a ser encarado como um elo de uma cadeia extremamente complexa e que as soluções dos problemas do setor teriam de ser equacionadas a partir de uma análise integrada, tipo campo-cidade.

2. A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

Pretende-se, nesta seção, tecer algumas considerações a respeito da problemática do abastecimento alimentar na região metropolitana de Recife, utilizando-se os dados contidos em inúmeras pesquisas do gênero.

2.1. A Renda da RMR e o Consumo de Alimentos

Como bem afirma Cavalcanti "é a renda, em última análise, que vai definir a capacidade de compra, o poderio econômico das pessoas envolvidas. Neste particular, a situação de Recife pode ser definida pela adjetivação a ela já atribuída, e resultante da evidência empírica, de "metrópole regional pobre" (5), (6)⁴.

O quadro 1 apresenta o comportamento da renda familiar mensal e per capita de Recife e Grande Recife, para o período 1960/76.

Embora os dados indiquem uma lenta evolução, quando se comparamos extremos da série, ainda assim a renda familiar e per capita reflete o baixo padrão de bem-estar da população da principal região metropolitana do Nordeste, ao custo de toda uma política de investimentos orientados para uma meta de crescimento econômico.

O lento crescimento da renda per capita e familiar, para o período 1960/76, foi acompanhado de maior concentração da renda familiar. Com efeito, os dados do quadro 2 identificam um gradual aumento do grau de desigualdade da distribuição da renda familiar, com fortes efeitos sobre o padrão de consumo e hábitos de compras de alimentos dos habitantes da RMR.

A fim de captar as prováveis modificações ocorridas no consumo de alimentos, ao longo do período 1960/73, procurou-se comparar os dados de consumo médio anual per capita de uma cesta composta de quatorze alimentos, que por volta de 1973 representavam 61% dos gastos totais das famílias da RMR, com produtos alimentares. Essa cesta apresentou-se representativa para outras cidades do Nordeste, como Feira de Santana, Aracaju, Parnaíba e Mossoró.

⁴ Leiam-se dois excelentes trabalhos (4), (5).

QUADRO 1. Grande Recife: Nível da renda familiar e *per capita* 1960/1976

Especificação	1960 ^a	1961/62 (Média) ^a	1967 Abr/Set ^a	1968 Jan/Mar ^a	1973 ^a	1976 Dez ^a
Renda Familiar mensal (Cr\$ Correntes)	16,7	30,6	366	375	1.443	5.323
Renda Per Capita Anual (Cr\$ Correntes)	32,8	65,4	737	726	2.960	11.484
Renda familiar mensal Salário mínimo (%)	321	339	458	455	600	882
PIB Per Capita do Brasil (Cr\$ Correntes) ^d	39,6	72,6	839	1.140	4.706	12.708
Renda p.c. do Recife/ Renda p.c. do Brasil (%)	83	90	88	64	63	90
Índice do custo de vida no R.J. (Dez. 76 = 100)	0,638	1,07	12,9	15,8	37,1	100
Renda familiar mensal (Cr\$ Dez. de 1976)	2.617	2.850	2.837	2.373	3.889	5.323
Renda Per Capita Anual (Cr\$ Dez. de 1976)	5.141	6.112	5.713	4.595	7.978	11.484

Fontes: ETENE/Banco do Nordeste do Brasil (8), FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/IBRE (9), IJNPS (12), PIMES/CME (18).

Notas: ^a Dados referentes a Recife

^b Valores correspondentes a Recife, Olinda, Jaboatão, Cabo, Moreno, São Lourenço Mata e Paulista

^c Dados relativos a Recife e Olinda

^d Informação retirada de (6)

^e Dados da conjuntura Econômica, diversos números; esses dados foram retirados de (4)

QUADRO 2. Índice de concentração e renda média (4) Recife e Grande Recife

Anos	Renda Média Preço de 1973	Índice de Gini
1961/62 (1)	218,89	0,423
1967/68 (2)	159,64	0,501
1973 (3)	259,51	0,524

(1) Fundação Getúlio Vargas, **Food Consumption in Brazil**, 1970

(2) Índice de Gini calculado por Hoffman (**Contribuição à análise da Distribuição de Renda e da Posse da Terra no Brasil**, Piracicaba, 1971) e renda média calculada de Clóvis de Vasconcelos Cavalcanti "A renda familiar e por habitante na cidade do Recife" **Pesquisa e planejamento econômico**, 2(1), 1972, pg. 81-104, ambos obtidos a partir de **Consumo de Produtos Industriais**, BNB/ETENE

(3) Cálculo em (6)

(4) Este quadro foi extraído de (20)

O que se constata, através do quadro 3, é um fenômeno extremamente preocupante e de graves consequências para o bem-estar da comunidade urbana da RMR. Dos produtos constantes da cesta, somente quatro apresentaram consumo com tendência crescente, com o restante diminuindo a taxas significativas, indicando os efeitos perversos do crescimento econômico, já refletidos nos indicadores de renda e índice de concentração⁵. Com efeito, o que os estudos de abastecimento alimentar para o Recife e RMR têm identificado é o extremo grau de pobreza de grande parte da população, por conta, basicamente, da variável renda. Como bem afirma SAMPAIO (20), "a importância da variável renda é ressaltada quando comparamos o custo mínimo (Cr\$ 399,81) a cesta de alimentos que atende às recomendações nutricionais com a renda per capita e a frequência das famílias, constatando que cerca de 805 das famílias recebem uma renda mensal inferior à necessária (Cr\$ 399,81) para alimentar-se adequadamente. Note-se, ainda, que esta quantia é o gasto necessário em alimentos e não a renda requerida que permitisse tal gasto, o que, se considerado, elevaria a percentagem das famílias carentes em sua dieta, por impossibilidade econômica". Estudos sobre abastecimento alimentar indicam tendência semelhante em outras cidades do Nordeste. Utilizando dados de duas pesquisas, SINGER (21), mostra quedas no consumo anual per capita em uma cesta semelhante à apresentada no quadro 3, exceção para os produtos frango/galinha e leite in natura.

QUADRO 3. Recife e Grande Recife, evolução do consumo médio per capita anual de produtos selecionados.

Produto	Unid.	FGV	FGV	SUDENE/CME/PIMES
		1961/62	1967/69	1973
Carne bovina ^(a)	Kg.	31,56	28,43	22,97
Frango/galinha	Kg.	1,27	5,18	12,97
Arroz	Kg.	20,09	18,98	16,69
Farinha de mandioca	Kg.	23,74	22,17	19,47
Feijão mulatinho	Kg.	19,76	21,19	15,06
Fubá de milho	Kg.	-	3,35	4,82
Banana	Unid.	329,36	315,05	222,04
Leite em natura	Litro	21,35	22,10	26,19
Ovos de galinha	Unid.	60,20	96,96	100,00
Pão	Kg.	70,81	48,44	49,11
Café	Kg.	9,71	7,92	4,52
Açúcar	Kg.	38,17	34,33	28,92
Cebola	Kg.	7,15	4,17	3,56
Tomate	Kg.	12,05	10,03	8,81

Fonte: FGV: (9), SUDENE/CME/PIMES (6).

Nota: ^(a) - Inclui carne com e sem osso.

⁵ Dos produtos constantes do quadro 3 somente farinha de mandioca, feijão multatinho e fubá de milho apresentaram elasticidade-renda da demanda.

Não é válido esquecer que os dados do quadro 3 representam o consumo per capita médio, o que impossibilita captar modificações no consumo de alimentos as famílias localizadas entre diferentes estratos de renda. Todavia, comparando os dados da Pesquisa FGV (1967/68), com os dados do PIMES/CME (1973)⁶, pode-se tecer algumas considerações adicionais a respeito da questão do consumo alimentar.

Os dados do quadro 4 indicam um fenômeno por demais comentado, isto é, crescimento da renda per capita anual ocorrido no período 1968/73 foi extremamente perverso com a população localizada nos estratos mais baixos de queda, que por volta de 1973, representavam 68% do total das famílias da RMR.

QUADRO 4. Evolução do consumo per capita anual para produtos selecionados (famílias com rendas até 1 salário mínimo).

Produtos	Consumo Per Capita 1967/68	Consumo Per Capita 1973
Carne bovina	14,462	8,85
Frango/galinha	0,518	3,72
Arroz	13,194	9,61
Farinha de mandioca	20,945	27,79
Feijão mulatinho	15,732	8,65
Fubá de milho	3,767	4,70
Banana	225,96	145,14
Leite em natura	34,83	5,85
Ovos de galinha	38,38	41,38
Pão	36,592	32,36
Café	7,361	3,13
Açúcar	23,94	21,46
Cebola	3,38	1,46
Tomate	8,638	4,50

Fonte: FGV. (9), PIMES/CME/SUDENE (12).

Nota: Unidades idênticas às do quadro 3.

⁶ Os dados contidos no quadro 4 indicam o comportamento do consumo de 14 produtos alimentares para as famílias que em 1967/68 e em 1973, recebiam até um salário mínimo. Embora o Recife conte com amis pesquisa no gênero, a comparação só foi possível com essas duas, em razão da estratificação original ter sido com base no salário mínimo regional.

Produtos de grande valor nutricional apresentam quedas pronunciadas no consumo per capita por conta basicamente, de quedas no salário mínimo real, forçando as famílias mais pobres e deslocarem maior fração da renda monetária para a aquisição de alimentos. Por volta de 1973, o gasto per capita em alimentação de famílias localizadas na faixa de renda até um salário mínimo mensal superava a renda familiar per capita. Em pesquisa realizada em 1976, CAVALCANTI (4) identifica fenômeno semelhante, mostrando que "merece observação, por último, o efeito de as famílias recifenses que recebe mens de dois salários mínimos (classes de renda 2 e 3) gastarem em despesas correntes um valor que excede o da sua renda".

2.2. Hábitos de Compras das Famílias na Região Metropolitana do Recife

Nesta seção, procura-se detectar prováveis mudanças ocorridas na estrutura do sistema de distribuição a varejo da RMR, a partir das informações de consumo, gastos e hábitos de compras das famílias da RMR.

Dados de inúmeras pesquisas indicam um alto grau de correlação entre o nível de renda e os hábitos de compras dos consumidores.

Parte do princípio de que um expressivo segmento da população da RMR e de outros centros urbanos do Nordeste foram beneficiados marginalmente pelos grandes investimentos realizadas no setor de distribuição de alimentos, que provocaram uma ampliação no grau de modernização do setor.

A construção de grandes lojas de autosserviço nos centros urbanos, a ampliação dos equipamentos de vendas a nível de atacado, em todas as capitais dos estados do Nordeste, caracterizado pelas Centrais de Abastecimento e a ampliação do número de Mercados do Produtor, nas principais zonas de olericultura do Nordeste, não contribuíram para aumentos substanciais no consumo per capita de produtos alimentares, a nível urbano.

O que se constata, particularmente na RMR, é a perpetuação das formas de varejo tradicionais, cm graves prejuízos para as famílias de menor nível de renda. Um grande número de famílias, com um nível de renda extremamente baixo, ensejou essa "dualidade" no sistema de distribuição varejista de alimentos.

Evidentemente que os hábitos de compras dos consumidores devem ser cuidadosamente observados, pelas autoridades governamentais, dada a influências dos mesmos sobre outros indicadores do sistema econômico. Com efeito, inúmeras pesquisas têm mostrado a importância dos fatores "qualidade" e "local de compra", como variáveis de grande peso no cálculo do índice do custo de vida. Estudioso do assunto, KIRTEN (21) afirma que "se a estrutura (de compra) não for levada na devida conta, e como existe uma diferença de preços por tipo de estabelecimento comercial, as estimativas dos preços ou incrementos médios serão viesadas, perdendo o índice sua representatividade".

Por volta de 1960 (8), o varejo tradicional, caracterizado pelas feiras-livres, mercados públicos e mercearias de bairro, dominava a distribuição de alimentos na cidade do Recife, embora os dados de frequência do consumo já indicassem uma correlação positiva entre níveis mensais de renda a frequência aos pontos de distribuição. Infelizmente, a pesquisa BNB/ETENE não apresenta os gastos das famílias por tipo de fornecedor, mas reflete uma demanda potencial dos consumidores por melhores serviços de abastecimento, identificado a partir dos índices de frequência das compras aos pontos de distribuição.

A pesquisa realizada em 1962 (11) apresenta os hábitos de compras das famílias recifenses, segundo níveis de renda e categorias de produtos. Constatase mais uma vez o predomínio dos estabelecimentos de varejo tradicional no abastecimento da cidade, embora o sistema COAP/SAPS e as Cooperativas de Consumo apresentassem um percentual elevado do consumo no grupo dos produtos industrializados.

Em 1967 (15), é realizado um novo inquérito no Recife, sobre abastecimento alimentar, e para os analistas, as transformações são acentuadas, levando-as e afirmarem que "os estabelecimentos comerciais de bairros e os mercados presentes perderam sua importância nos últimos sete anos, enquanto o influxo de estabelecimentos comerciais de autosserviço tomou o lugar de cooperativas deficientes e cantinas do Governo". Com efeito, as informações sobre hábitos de compra da pesquisa da FGV (9), realizada no período 1967/68, na cidade do Recife, identificam uma perda de importância dos mercados públicos e feiras-livres, sem que o mesmo tenha ocorrido com as mercearias e bodegas de bairro ou estabelecimentos comerciais de vizinhança.

Não resta a menor dúvida que as grandes transformações do sistema de distribuição a varejo ocorreram precisamente, no período 1967/73, época que coincide com a fase de intenso crescimento da economia brasileira. Comparando as informações de hábitos de compras de pesquisa da FGV (1967/68) com as do PIMES/CME (1973), referentes aos percentuais dos gastos em alimentos da população, pode-se observar o ponderável crescimento do varejo de autosserviço, que passa de 79,9% para 30,88%, em curto período de cinco anos. As unidades de autosserviço geram um forte impacto sobre os pequenos varejistas de feiras-livres. Pode-se observar que as famílias transferiram uma parte dos seus gastos com alimentos dos varejistas tradicionais para os modernos. Todavia, o fenômeno mais significativo, ocorrido no sistema de distribuição a varejo da RMR, está relacionado à participação dos gastos das famílias nos estabelecimentos comerciais de vizinhança que permaneceram constantes ao longo do período 1967/73.

Existem dados indicando que os consumidores da RMR passaram a fazer a sua compra de produtos alimentares industrializados, e de menor índice de perecibilidade, nas unidades de autosserviço, continuando a adquirir frutas e verduras nas bancas de feiras-livres. Assim, o grande impacto provocado pelas unidades modernas sobre as feiras-livres, ocorrem naqueles ramos de produtos onde maiores eram os ganhos e escala dos autosserviços. O crédito e a localização conveniente são as principais razões que explicaram a constância dos percentuais dos gastos com alimentos nos estabelecimentos de vizinhança.

Um exame mais detalhado das informações dos hábitos de consumo das famílias da RMR, segundo classes de renda para 1973, indica uma correlação positiva entre renda e despesas com alimentos, no varejo moderno. Para as famílias localizadas na faixa de zero e dois salários mínimos, a participação das despesas com alimentos no varejo moderno, não ultrapassa a casa dos % enquanto as despesas das famílias de menor nível de renda pouco se beneficiaram dos ganhos oriundo da modernização ocorrida no setor e distribuição varejista de alimentos.

Como o varejo moderno vende produtos de menor qualidade e a um preço mais baixo que o varejo tradicional (16), principalmente quando comparado às unidades comerciais de vizinhança, pode-se concluir que as famílias pobres compram produtos de menor qualidade e a um preço relativamente mais elevado que as famílias de mais nível de renda. Esse paradoxo é resultante da extrema desigualdade da renda familiar predominante na RMR, que impede às famílias mais pobres de adquirirem grande parte da cesta alimentar nas unidades de autosserviço, com fortes repercussões sobre o seu padrão nutricional (3). Em pesquisa recente, CAVALCANTI (4), afirma que as famílias que recebem menos de dois salários mínimos "vivem permanentemente endividadas e, em inúmeros casos, jamais podendo saldar as dívidas. É comum ainda recorrer-se à caridade pública e à ajuda entre famílias pobres para não falar do inevitável caminho de desespero dos ilícitos e contravenções".

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A atuação do Governo Federal ao longo da década de 70, no setor de distribuição de alimentos a nível urbano e rural, no Nordeste, foi significativa, destacando-se a construção das centrais de Abastecimento, em todas as capitais de Estados e de Mercados do Produtor em alguns centros de produção. Dados o acerto de tal política, sugere-se a ampliação do número de Mercados do Produtos principalmente em áreas produtoras de cereais.

Foi observado que as famílias de menor nível de renda compram os produtos alimentares, no varejo tradicional, a um preço mais elevado, relativamente às famílias de maior nível de renda. A fim de minimizar em esse problema, sugere-se que o Governo Federal, através de uma política agressiva de comercialização, intensifique o Projeto de Cadeias Voluntárias, nas principais cidades do Nordeste, transferindo aos pequenos varejistas tradicionais os ganhos de escala, oriundos das compras em grandes volumes, nos produtos básicos da cesta alimentar.

4. LITERATURA CITADA

1. BRASIL, SUDENE, 1º Plano Diretor e Desenvolvimento do Nordeste, 1961/63, 2º edição, Recife, Divisão de Documentação, 1966.
2. CASTRO, A. C. et alii. "Evolução recente e situação da agricultura brasileira: Síntese das transformações" em Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, volume 7, Brasília, BINAGRI, 1979.

3. CASTRO, A. B. de Aspectos da Interdependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e Comercialização Agrícola, Tese de Doutorado, SALQ Piracicaba, São Paulo, 1972.
4. CAVALCANTI, C. "Viabilidade do Setor Informal – a demanda de pequenos serviços na Grande Recife". Série e Pesquisas nº 11, IJNPS, Recife, 1978.
5. _____. "A renda familiar por habitantes na cidade do Recife". Pesquisa e Planejamento Econômico, 2(1): 93, junho, 1972.
6. CME/PIMES/SUDENE – Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano – Grande Recife, Série Pesquisa, nº 5, 1975.
7. CONJUNTURA ECONOMICA, vários números, com exceção dos dados de 1976, que é o do Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 13, nº 4 (abril, 1977).
8. ETENE Banco do Nordeste do Brasil, 1960. Abastecimento de Gêneros Alimentícios da Cidade do Recife (Fortaleza, 1962, mimeografado).
9. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/IBRE. Pesquisa sobre orçamentos familiares, 1961/1962, Recife, Rio (s. data).
10. GTDN, "Uma política de Desenvolvimento Econômico para Nordeste", 3ª edição, Recife 1978, publicado pela Sudene.
11. IJNPS, "Alguns Aspectos do Abastecimento na Cidade do Recife" – Coordenador Antônio Carolino Gonçalves, 1962.
12. _____. Pesquisa direta, 1976.
13. KIRSTEN, J. T. Metodologia da Construção de Índices de Preços ao Consumidor – Custo de Vida. Série Monografias, v. 6, IPE/USP, São Paulo, 1975.
14. LINHARES, M. Y. L. e SILVA, F. C. T., "História Política do Abastecimento (1918-1974)" em Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, vol. 6, coleção BINAGRI, Brasília, 1979.
15. MICHIGAN STATE UNIVERSITY (MSU)/Sudene, op. cit.
16. MSU/Sudene, op. cit. especialmente os cap. 4 e 5, Sudene/CME, Abastecimento alimentar no Nordeste Urbano – Grande Recife, Mossoró, Parnaíba, Aracajú e Feira de Santana, Série Pesquisa nº 9, Recife, 1978, cap. 1, 2 e 4; KIRSTEN, José Tiaci, op. Cit.
17. PESQUISA DIRETA DO IJNPS, para a FGV-Grupo ECIEL 1967/1967.
18. PIMES/CME, Abastecimento alimentar no Nordeste Urbano – Grande Recife (Recife- Convênio Sudene/UFPE), 1973, 1975.
19. PM, Recife, "Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano", Administração, Miguel de Alencar, vol. II, 1962.
20. SAMPAIO, Y. "A Economia de Pernambuco – um estudo das transformações recentes CME, Recife, 1975. Série Pesquisa nº especialmente o cap. 6, sobre Nutrição.
21. SINGER, P. et alii, "Demanda por alimentos na Área Metropolitana de Salvador". Cadernos Cebrap nº 23, São Paulo, 1976.

ANEXO

QUADRO 5. Recife – Hábitos de compra da população segundo os principais fornecedores (% dos gastos com alimentação)

Tipo de Fornecedor (1)	1º TRIM./1967	2º TRIM./1967	3º TRIM./1967	4º TRIM./1968	1973
Feiras livres ou Merc. Municipal	46,54	35,19	34,20	37,97	23,02
Armazéns, Mercearias	12,42	0,02	12,64	12,78	12,41
Supermercados, Mercadinhos	8,71	7,71	6,15	7,99	30,88
Cooperat. (Subsistência) ou Similar	2,01	2,35	2,44	0,61	1,29
Padarias ou Fornecedores de Pão	10,22	12,47	13,81	11,12	8,39
Leiteria ou fornecedores de Leite	2,37	4,66	3,61	2,60	-
Verdureiros, Fruteiros, Quitandas	1,25	2,68	0,52	1,70	0,63
Açougue ou Vendedores de Carne Fresca	14,49	20,99	22,67	21,93	17,12
Peixaria ou Vendedores de Peixe Fresco	0,37	1,46	1,76	1,06	0,17
Vendedores Ambulantes	1,62	3,44	2,20	2,24	2,20
Outros	-	-	-	-	3,80
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FGV. op. cit., 1967/68 e CME-PIMES-SUDENE, po. cit., 1973.

ANEXO

QUADRO 6. Grande Recife – Hábitos de compras por níveis de renda segundo os fornecedores (em percentagens de gastos) 1973.

Tipo de fornecedor	Níveis de renda (1)									
	0-1	1-2	2-3	3-4	4-5	5-6	6-7	7-9	9-15	15 e +
Feira-livre	20,68	22,85	22,36	18,18	16,14	17,57	17,40	15,94	12,29	9,18
Ceasa	0,00	0,23	0,32	0,38	0,63	0,89	0,84	0,67	2,81	4,69
Supermercado	15,36	26,37	19,18	22,86	28,03	27,90	32,64	33,73	39,26	46,40
Armazém/Mercearia	29,89	25,94	19,12	19,51	14,35	13,71	10,42	8,48	5,10	1,26
Padaria/Confeitaria	5,54	7,18	9,64	9,55	9,40	8,22	9,31	8,92	8,05	7,38
Açougue/Frigorífico	14,55	12,74	14,83	16,12	17,01	17,55	18,96	18,63	19,57	18,53
Quitanda/Frutaria	0,62	0,95	0,69	0,98	0,98	0,44	0,40	0,54	0,31	0,49
Mercado Público	7,55	8,00	7,55	5,93	7,71	6,84	5,00	7,61	6,54	6,52
Peixaria	0,15	0,14	0,09	0,13	0,12	0,04	0,03	0,07	0,22	0,38
Ambulante	3,02	2,68	1,87	1,52	1,79	2,95	1,64	2,49	2,31	2,34
Cooperat./Subsistência	0,25	0,87	1,70	2,36	1,51	1,26	0,61	0,80	1,21	1,25
Produtor	0,94	1,39	1,64	1,99	1,87	2,17	2,07	1,39	1,69	1,31
Distrib./Representante	0,33	0,06	0,21	0,00	0,15	0,26	0,05	0,30	0,38	0,01
Outros	1,04	0,52	0,72	0,41	0,24	0,13	0,56	0,37	0,19	0,18

Fonte: Levantamento direto do PIMES/CME

(1): Os níveis de renda são medidos em termos de salário mínimo mensal, que na época da pesquisa era de Cr\$ 240,00.